



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

KAUANE ALVES LANDIN DOS SANTOS

**ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL: Uma Análise do
Programa Projovem Trabalhador na Cidade de Anápolis-GO**

Brasília – DF

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Aa

Alves Landin dos Santos, Kauane

ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL: Estudo do
Programa Pro-jovem Trabalhador na Cidade de Anápolis - GO /
Kauane Alves Landin dos Santos; orientador Dr.Tales Ramos
Monteiro dos Santos. -- Brasília, 2019.
37 p.

Monografia (Especialização - Gestão Pública Municipal) --
Universidade de Brasília, 2019.

1. Gestão pública. 2. Municipal. 3. Adolescente. 4.
Vulnerabilidade. 5. Trabalho. I. Ramos Monteiro dos
Santos, Dr.Tales, orient. II. Título.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^a. Fátima de Souza Freire

KAUANE ALVES LANDIN DOS SANTOS

ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL: Estudo do
Programa Projovem Trabalhador na Cidade de Anápolis - GO

Monografia apresentada a Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas. Departamento de Administração Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal, como requisito obrigatório de conclusão de curso, sob orientação do Prof. Esp. Tales Ramos Monteiro dos Santos.

Brasília – DF

2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL: Estudo do Programa Projovem Trabalhador na Cidade de Anápolis - GO

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do aluno

KAUANE ALVES LANDIN DOS SANTOS

Prof. Esp. Tales Ramos Monteiro dos Santos - Orientador
Departamento de Gestão de Políticas Públicas
FACE/UnB

Prof^a. Mestre Valdemir Regis Ferreira de Oliveira
Departamento de Gestão de Políticas Públicas
FACE/UnB

Brasília, 27 de Abril de 2019.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIA – Associação comercial e Industrial de Anápolis

CDL - Câmara dos Diretores Lojistas

CEAPE- Centro de apoio aos Pequenos Empreendimentos

CF – Constituição Federal

CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude

ECA - Estatuto da Criança do Adolescente

ENEL - Companhia de eletricidade Italiana

PNQ - Plano Nacional de Qualificação

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SNJ - Secretaria Nacional de Juventude

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

O objetivo desta monografia é de analisar a importância de políticas públicas voltadas ao público adolescente por parte de gestores públicos municipais. E, em caráter específico caracterizar a gestão pública e sua importância na formulação de estratégias que minimizem problemas locais como pobreza, falta de oportunidade; enfatizar a vulnerabilidade que os adolescentes representam quanto a aspectos de criminalidade e vulnerabilidade social; colocar a importância de políticas públicas tendo como enfoque adolescente e iniciação social e profissional; e por fim, averiguar o programa Projovem na cidade de Anápolis-GO, e quais as ações desenvolvidas na inclusão dos jovens visando reinserção social, escolar, familiar e profissional. A metodologia foi de caráter bibliográfico utilizando livros e artigos digitais, e a documental, pois foi utilizado manuais e dados da cidade quanto ao programa Projovem da cidade de Anápolis - GO. Conclui-se então que, o programa Projovem trabalhador desenvolvido na cidade de Anápolis – GO, é um exemplo de política pública, que tem demonstrado eficácia, oferecendo suporte a adolescente no intuito de garantir perspectivas de vida, e afastamento de situações de riscos e vulnerabilidade, sendo que, se profissionalizam, requer a educação como critério obrigatória, além desses jovens obterem renda que colaboram em suas necessidades e até mesmo de algumas famílias. Assim o programa Projovem está firmado em política pública assertiva e concreta que tem garantido aos jovens da cidade inserção no mercado de trabalho, capacitação, assim como colaborado na efetiva inclusão social e resgate da cidadania de nossos jovens.

Palavras-chave: Gestão pública; Municipal; Adolescente; Vulnerabilidade; Trabalho.

ABSTRACT

The purpose of this monograph is to examine the importance of public policies directed to the audience of adolescents by municipal administrators. And, in specific character to characterize the public management and its importance in the formulation of strategies that minimize local problems such as poverty, lack of opportunity; emphasize the vulnerability that adolescents represent aspects of crime and social vulnerability; put the importance of public policies having focused on adolescents and social and professional initiation; And finally, to ascertain the Projovem program in the city of Anápolis - GO, and which the actions developed in the inclusion of young people seeking social reintegration, school, family and professional. The methodology was of bibliographical character using digital books and articles, and the documentary, since it was used manuals and city data regarding the Projovem program of the city of Anápolis - GO. It is then that the Projovem worker program developed in the city of Anápolis - GO, is an example of a public policy, which has demonstrated efficacy, offering support to adolescents in order to ensure prospects in life, and the expulsion of situations of risk and vulnerability, being that, if professionalization, requires education as a compulsory criterion, in addition to these young people obtain income that collaborate in their needs and even some families. The Projovem program is executed in public policy assertion and concrete that has ensured the town's youth insertion in the labor market, training, as well as collaborated in the effective social inclusion and rescue the citizenship of our young people.

Key words: Public Management; Hall; Adolescent; Vulnerability; Work.

SUMÁRIO

RESUMO	7
1. INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - GESTÃO PÚBLICA	13
1.1 Breve histórico da Gestão Pública no Brasil	13
1.2 Gestão pública e sua relevância no contexto social.....	15
CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS ADOLESCENTES	18
2.1 Causas da delinquência juvenil.....	20
CAPÍTULO 3 – PROGRAMA PROJovem.....	23
3.1 História do Programa Projovem Trabalhador na cidade de Anápolis.	23
3.2 Apresentação do Projeto	23
3.3 Metas do Programa.....	24
3.3.1 – O cadastro	24
3.3.2 – Qualificação Social e Qualificação Profissional	25
3.3.3 Proposta Pedagógica.....	25
3.4 Metodologia de Monitoramento e Inserção.....	27
3.5 Inserção.....	27
3.6 Os direitos dos jovens que participam do Programa Projovem Trabalhador	28
3.7 Resultados e formatura	28
4 CONCLUSÃO.....	33
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como enfoque investigar a importância de políticas públicas municipais voltadas ao público adolescente. Isso porque em nosso país, a vulnerabilidade social dos adolescentes causa grande preocupação podendo observar o abismo no qual muitos se atiram por falta de oportunidades, onde abrem mão da escola, da aprendizagem, do convívio social para se tornarem vítimas e autores da criminalidade. A desproteção efetiva por parte do Estado, a desestruturação familiar, entre vários outros fatores, contribui para o ingresso do adolescente em um caminho mais “fácil” de promessas e retornos mais rápidos, um caminho obscuro, que lhe promove inúmeras consequências como envolvimento com a criminalidade, afastamento do âmbito familiar e escolar e com isso do profissional (TRINDADE, 2002).

A problemática deste estudo se refere aos comportamentos de risco na adolescência e as ações que contribuem para preveni-los ou controlá-los, ressaltando as políticas públicas voltadas ao público adolescente por parte da gestão pública municipal. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar uso e abuso de drogas e a violência que assolam a sociedade atual e que tem como público alvo em sua maioria adolescente. Isso explicado, diante da busca de identidade própria e de autonomia por parte dos adolescentes, muitas vezes, estes se inserem em situação de risco, porém, no intuito de se autoafirmarem ou conseguirem status podem vir a inserir no mundo da criminalidade. Assim, implementação das estratégias voltadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade deve acontecer, logicamente, nos contextos frequentados pelos adolescentes: a família, a comunidade e a escola.

No Brasil, o relatório da UNICEF (2011) descreveu as diferentes situações de vulnerabilidade em que se encontram os adolescentes brasileiros. Nove fenômenos sociais são descritos neste relatório como aportes de vulnerabilidade como pobreza e pobreza extrema; a escolarização baixa; explorações de mão de obra par ao trabalho; convivência familiar e comunitária comprometida; exposição a situações de violência; gravidez; exploração e abuso sexual; doenças sexualmente transmissíveis; AIDS; e abuso de drogas.

A partir dessa perspectiva, descrevem-se a seguir o abuso de drogas, e a violência, que se constituem objetos deste estudo e que tem se tornado uma problemática e grande preocupação pelos âmbitos públicos, sendo que, uma das políticas públicas desenvolvidas e tendo foco o adolescente, visando afastar de situações de risco, são referentes ao primeiro

emprego por parte do contrato de aprendizagem, que será o enfoque principal do presente estudo.

Dessa forma, o presente estudo buscará responder à seguinte questão orientadora: Como funciona o programa Projovem na cidade de Anápolis-GO, e quais as ações desenvolvidas na inclusão de jovens Anapolinos que requerem reinserção social, escolar, familiar e profissional?

A justificativa desta pesquisa constituirá em instrumento de consulta ao mundo acadêmico, a todos que estão ligados direta ou indiretamente à área da infância e juventude e aqueles que procuram conhecer a realidade vivenciada no atendimento aos adolescentes visando diminuir situações de risco. Nesse sentido, a gestão pública deve fazer parte de um projeto amplo de desenvolvimento, que proporcione a melhoria das organizações e dos métodos, da informação gerencial, da capacitação das pessoas, ganhando um sentido estratégico. Para atuar nesse novo perfil da gestão pública, os governos tentam buscar alguns referenciais estratégicos: a questão da visão de futuro, que tem a ver com a percepção desse recente ambiente; as novas variáveis; e, principalmente, a definição de alguns objetivos estratégicos a serem traçados; o foco em resultados.

O intuito ao elaborar este projeto o município de Anápolis, dispõe da educação com o foco para o trabalho, quer dizer, contribuindo para a sua qualificação sócio profissional. O foco do Juventude Cidadã em Anápolis na temática “gênero” se justifica. Ao propor uma ação efetiva do Juventude Cidadã com jovens de 14 a 29 anos, porém o foco deste estudo se refere somente a fase da adolescência (12 a 18 anos). Delineada sob a ótica das relações de gênero, o PNPE e, igualmente a Prefeitura, que assumiu esta proposta em Anápolis desafiou a focar suas energias, a construção de novas metodologias e na promoção de novos conhecimentos que conciliem inserção no mundo do trabalho e reconstrução de novos valores capazes de resgatar a autoestima. O programa Juventude Cidadã em Anápolis soma experiências e esforços visando apropriar-se da maturidade da Administração Pública através da Prefeitura Municipal que já atua com a formação e inserção de jovens no mundo do trabalho, da disposição do empresariado em ser parceiro de um projeto diferenciado e de confiança do Governo na sociedade civil para enfrentar o desafio de oferecer aos jovens por ele assistidos a oportunidade de cultivar novas perspectivas na vida e consequentemente ampliar suas possibilidades de se realizar como pessoa e como membro de uma comunidade organizada.

O objetivo geral será de analisar a importância de políticas públicas voltadas ao público adolescente por parte de gestores públicos municipais. E, em caráter específico

caracterizar a gestão pública e sua importância na formulação de estratégias que minimizem problemas locais como pobreza, falta de oportunidade; enfatizar a vulnerabilidade que os adolescentes representam quanto a aspectos de criminalidade e vulnerabilidade social; colocar a importância de políticas públicas tendo como enfoque adolescente e iniciação social e profissional; e por fim, averiguar o programa Projovem na cidade de Anápolis-GO, e quais as ações desenvolvidas na inclusão dos jovens visando reinserção social, escolar, familiar e profissional.

A metodologia que se optou foi de caráter bibliográfico e documental. No caráter bibliográfico se refere à utilização de obras como artigos e livros que se apresentam estudos e apontamentos teóricos. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é aquela que possui dados literários elaborados a partir de artigos científicos, revistas e livros. E de caráter documental, onde buscará analisar documentação quanto ao programa Projovem da cidade de Anápolis, e ações estabelecidas e desenvolvidas. Já o caráter exploratório tem como principal característica a informalidade, a flexibilidade e a criatividade, proporcionando maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito (RAMOS, 2009). Todo o material pesquisado será da língua portuguesa, utilizando como descritores de pesquisa: gestão pública; municipal; adolescente; vulnerabilidade; trabalho.

CAPÍTULO I - GESTÃO PÚBLICA

1.1 Breve histórico da Gestão Pública no Brasil

A gestão pública no Brasil se desenvolveu juntamente com o desenvolvimento da sociedade. Pode-se perceber que a Gestão Pública existe para atender as necessidades do cidadão e com a evolução social, e uma sociedade mudando de tempos em tempos a administração pública sofreu também importantes transformações. Porém, do ponto de vista histórico, o enfoque atual de gestão pública é relativamente recente, sendo atualmente, caracterizado pela defesa e busca de ideal de bem comum, o que reflete amadurecimento de políticas públicas (ANANIAS, 2010).

Analisando historicamente a gestão pública, podem-se evidenciar três modelos administrativos pelos quais a Gestão Pública já passou. São eles: administração patrimonialista, burocrática e gerencial. O período patrimonialista foi descrito entre 1530 a 1930, a qual nele, o aparelho do Estado funcionava como uma extensão do poder soberano, sendo que servidores de responsabilidade pública possuíam status de nobreza real, o que favorecia a ocorrência de corrupção e nepotismo (SARTURI, 2013). O segundo, de 1930 a 1985, engloba o Estado autoritário-burocrático, predominando o militarismo. Nesta gestão de caráter predominante burocrático, o Estado visava a manutenção da ordem e administração da justiça, bem como garantir os contratos e a propriedade, sendo característica militarizadas (PALUDO, 2012).

Em seguida, inicia-se o terceiro e atual modelo gerencial onde buscava-se melhorar as relações entre o Estado e a sociedade por meio da simplificação dos procedimentos na prestação dos serviços públicos. O principal marco do modelo gerencial foi a inclusão, através da Emenda Constitucional nº 19 de 04 de junho de 1998, do Princípio da Eficiência no âmbito dos princípios da Administração pública do Brasil. Com isto a Gestão pública passa a ser mais transparente em suas ações, priorizando o interesse da coletividade e resguardando os cofres públicos, vivendo assim um exemplo de democracia (SARTURI, 2013).

É importante deixar claro que Estado e governo não é a mesma coisa. Os governantes são aqueles que, temporariamente, exercem cargos nas instituições que administram o Estado, ou seja, eles fazem parte da administração pública.

Para melhor compreensão, Meirelles (2000) ressalta então a conceituação e diferenciação entre os termos Administração e Governo, a qual coloca o seguinte:

Governo e Administração são termos que andam juntos e muitas vezes confundidos, embora expressem conceitos diversos nos vários aspectos em que se apresentam. [...] Administração Pública - Em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a Administração é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. A Administração não pratica *atos de governo*, pratica, tão-somente, *atos de execução*, com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do órgão e de seus agentes. São os chamados atos administrativos [...] (p. 56-60).

Assim a gestão pública deve ser compreendida como algo mais amplo, sendo maior que uma gestão de negócios propriamente dita na realidade, é uma questão de eficiência e eficácia, ou seja, que visa dar igualdade garantia de direitos a toda à população. A eficiência da gestão pública é compreendida não como um objetivo, mas sim, como uma forma de atuar, ou o modo de se realizar qualquer tarefa. E na busca dessa eficiência o servidor público deveria ser um dos principais focos.

Nota-se segundo apontamentos de Matias – Pereira (2012) de que assim que a forma da gestão pública tem-se modificado de acordo com as necessidades da sociedade, buscando atender os anseios da mesma, inicialmente tinha-se o viés de oferecimento de qualidade de serviços públicos, transparência na utilização dos recursos, porém, esse processo tem-se modificado e com isso estando alinhado a formulação e implementação de políticas públicas.

O ilustre doutrinador Dejalma de Campos, também explicou que “A missão primordial do Estado é assegurar ao homem os meios necessários para que ele possa viver com dignidade” (2006, p. 07). A incumbência do Estado de prover aos cidadãos os recursos básicos indispensáveis para que eles possam viver com o mínimo de dignidade, é caracterizada como uma obrigação primordial, que por sua vez, existe para ser suprida e sanada, propiciando assim uma vida digna para a sociedade. As necessidades do homem ou as necessidades públicas são divididas em três denominações, são elas: individuais, coletivas e públicas (CAMPOS, 2006, p. 07).

O termo “política pública” normalmente tem-se implícito um amplo número de atividades legislativas e administrativas direcionadas para a resolução de problemas reais. Porém, mesmo políticas públicas constituam as atividades estatais em vários segmentos e que

busca atingir vários aspectos de atenção, ainda é um conceito difícil de ser definido com precisão (CAMARGO NETO, 2013).

E, por fim, ressaltam-se os apontamentos de Procopiuck (2013) de que até por que políticas públicas têm por natureza própria atender os interesses públicos, atendendo de forma igualitárias todas as pessoas da sociedade, e, com isso, sendo fundamental que se reconheça as políticas públicas, bem como detenha de conhecimento de como elas são formadas, orçadas, implementadas e avaliadas.

1.2 Gestão pública e sua relevância no contexto social

No mundo inteiro encontra-se presente as desigualdades sociais. Em todos os países há evidência de casos de pobreza e de situação mais precária de alguns. Em países desenvolvidos observam-se políticas públicas mais efetivas de atuação junto a esse quadro de desigualdades, porém nos países subdesenvolvidos estes muitas vezes não contam com aporte financeiro para assegurar ou oferecer políticas favoráveis a sua população (SCALON, 2011).

Nesse viés, Madeira (2014) apontou proteção social como uma arena importante da atividade do governo, visando assegurar a vulnerabilidade de determinados grupos populacionais que necessitam de suporte público apropriado e efetivo para garantir sua segurança e para proteger sua saúde. No entanto, apesar do crescimento e extensão de programas de proteção em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, contam com tal aporte. Nobre (2013) já ressaltava que o Brasil pode ser classificado como um país injusto, pois não garante todos os direitos e deveres fundamentais, nem oportunidades econômicas e sociais igualitárias a todos os membros que compõem a sociedade e, por fim, não existe uma distribuição plena de renda e riqueza, que deveria ser a mais equitativa possível. Isso por que a existência da pobreza e de desigualdades sociais e regionais sempre fez parte da história brasileira. As tentativas para a sua diminuição esbarraram em inúmeros óbices, tanto por parte do Estado, quanto da sociedade, na falta de vontade política, na limitação de recursos, caracterizando-se como estratégias paliativas, em vez de universalistas (NOBRE, 2013).

Para modificar um pouco essa situação histórica, foi promulgada a Constituição de 1988, fruto de um processo vivenciado por toda a sociedade brasileira, por meio do qual se institucionalizou a democracia no país e sedimentou-se a ênfase no cidadão brasileiro. Como consequência dessa construção, criaram-se novos direitos e garantias fundamentais, procurando prestigiar, entre outros, aqueles que estavam à margem da sociedade.

O próprio preâmbulo constitucional preceitua que o Estado Democrático brasileiro é destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias (NOBRE, 2013, p. 325).

Apenas um comando constitucional não teve e não tem o poder de mudar uma realidade social tão profunda e divergente como a da sociedade brasileira. Para o cumprimento das metas estabelecidas, se faz necessário tanto o amadurecimento da política pública brasileira quanto a participação da sociedade. Isso favorece a criação de um contingente diversificado de ações, que, ao longo do tempo, foram instrumentalizadas por políticas públicas, recursos, planejamento, que exigiram vontade política e a solidariedade social (NOBRE, 2013).

Exemplos disso são a previdência social e a assistência social que são direitos que atuam para erradicação da pobreza e da diminuição das desigualdades sociais e regionais, conforme se pode observar nos arts. 201 e 202 da Constituição Federal que designa a previdência social, também nos arts. 203 e 204 que aponta critérios de assistência social, e por fim, podendo apontar os arts. 203 e 204 da CF que se refere aos direitos sociais fundamentais. Assim, as políticas públicas estruturadas no Brasil têm foco tanto na promoção dos direitos sociais como na redução das desigualdades, esta última com programas de transferência de renda, que visa enfrentamento a pobreza, como se tem verificado. Possíveis constrangimentos ao sucesso dessas políticas devem ser superados.

Dessa forma, tem-se exigido cada vez mais uma nova administração pública, que dê ênfase à eficiência e, principalmente, à gestão baseada na percepção da complexidade do ambiente e dos problemas enfrentados, apresentando assim, um posicionamento mais estratégico. Pode-se então colocar os apontamentos de Nascimento (2014) de que a gestão pública estratégica representa espécie de mecanismo facilitador da administração pública na medida em que adota práticas voltadas a dimensionar e agilizar os processos advindos de tal instância. Neste sentido, faz-se necessário apreender e captar a essência dos ‘serviços públicos’, integrando-o ao conjunto de políticas, diretrizes e operações, as quais possam convergir para eficiência, eficácia e efetividade organizacional, tendo como parâmetro critério de economicidade.

Assim expôs Mendes e Carneiro (2016) o seguinte:

Os Municípios merecem atenção especial no atual estágio da Federação brasileira. São eles os responsáveis pelo atendimento dos diversos serviços públicos básicos, e

também são eles os entes federativos próximos e tangíveis à população. Porém, a baixa autonomia jurídico-financeira e a dependência política em relação às questões estaduais e nacional torna a realidade do gestor público municipal bastante desafiadora (p.09).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil possui, atualmente, 5.570 Municípios. Boa parcela apresenta problemas e demandas em comum, fato que ressalta a necessidade de conferir maior atenção à gestão municipal, bem como ao incentivo a programas de cooperação. A perspectiva do interesse local como norteador das principais necessidades e das limitações municipais serve de importante guia para o estabelecimento de acordos cooperativos mais eficazes, aptos a suprir carências específicas das regiões (MENDES; CARNEIRO, 2016).

Pode-se colocar até aqui que gestão é a prática que deve ser aprimorada para o alcance de determinados fins: no caso do setor público, a gestão existe para reduzir a pobreza, para melhorar a educação, para aumentar a competitividade da economia, para elevar a conservação de recursos naturais, para preservar, estender e expandir a cultura etc. Em geral, essas são algumas das principais demandas de uma sociedade, e todo o aperfeiçoamento da gestão do setor público deve ser orientado estrategicamente para o atendimento desses objetivos, ou seja, do desenvolvimento econômico e social (NASCIMENTO, 2014).

Assim, a gestão pública é de grande relevância para com o contexto social, e na redução de desigualdades. É importante que se busque a geração de novas oportunidades, que viabilize a inclusão, que gere oportunidades, desenvolva ações que reduza as desigualdades, e também colabore para com o crescimento econômico sustentável.

CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS ADOLESCENTES

O presente capítulo ressaltará a importância de políticas públicas voltadas ao público adolescente, diante dos riscos eminentes e necessidades assistenciais que esse perfil populacional apresenta. Dados recentes apontam que adolescentes têm-se caracterizado como perfil de risco para com a criminalidade e também de vulnerabilidade social e isso atraiu atenção também a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, que tem como missão atual desenvolvimento de políticas públicas específicas, de amparo social, enfrentamento de situações de abusos, e programas que colaborem em sua formação pessoal e profissional, visto que, a adolescência é uma fase de transição entre criança e fase adulta.

No Brasil, desde o Código de Menores de 1979 já se observava um olhar mais atento pelas legislações quanto a amparar e resguardar direitos a crianças e adolescentes, porém tendo-se mais ênfase por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990). Vale reiterar também Código Civil e Código Penal, que apresenta os aspectos de direitos e deveres civis e criminais.

Após o ano 2000, observou-se ampliação de ações voltadas aos adolescentes como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que trazem conjunto de propostas de políticas voltadas aos adolescentes. Tem-se também Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) conforme Lei n. 11.129 de 2005. Assim, é notório buscar fortalecimento de políticas de promoção e defesa de direitos de adolescentes, fazendo-se uma interlocução entre setores que lidam com adolescente e até mesmo instituições. Assim políticas públicas são importantes para que ações sejam aplicadas na prática, e que busquem amparar adolescentes e colaborar para seu desenvolvimento saudável. Um dos enfoques das políticas públicas no Brasil refere-se a iniciação profissional, caracterizados de diversas formas, podendo exemplificar Menor Aprendiz, Cidadão do Futuro, Projovem.

Mais recente, teve-se em 2012 a Segunda Conferência Nacional realizada pelo Governo Federal do Brasil que trazia como lema “Conquistar Direitos, Desenvolver o Brasil”, e com isso, trouxe ações a serem aplicadas a Política Pública de Juventude. Essa conferência colaborou para a Criação do Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852 de agosto de 2013, que trouxe enfoque aos direitos dos jovens e também políticas públicas voltadas à juventude.

Todas estas ações têm sido desenvolvidas, diante de um quadro preocupante em que se adolescentes no Brasil e no mundo se encontra. São várias as situações de riscos e é fundamental um olhar atento maior por parte das políticas públicas.

A violência é um dos problemas que mais preocupam a sociedade, mesmo não sendo este problema algo recente, é manifestada de diversas formas e em todos os lugares, não se limitando a um espaço geográfico ou a uma condição social específica. A violência está ligada a estrutura social da sociedade e, tem se espalhado por diversos campos, a muito tempo envolvendo crianças e adolescentes. Na compreensão da maioria dos doutrinadores, a concepção do problema da marginalização juvenil atual, somente é possível se forem observados os fatores sociais, o ambiente familiar, a proteção dada pelo Estado e a própria personalidade do sujeito.

Todavia, a luz do entendimento de Sandra Mári Córdova D'Agostini (2003, p.45), explica que “quando se trata de delinquência e criminalidade humanas, principalmente cometidas por crianças e adolescentes, a pobreza e a desigualdade são teses muito aludidas para explicar o fenômeno”.

Desta forma, são inúmeras as razões que podem ser apontadas como desencadeadoras da violência juvenil, é preciso nos atentar para o fato de que a violência juvenil é um problema sério, que reflete de forma negativa na sociedade, os menores delinquentes de hoje serão, supostamente, os terríveis criminosos de amanhã, cada vez mais violentos e ambiciosos, e na maioria das vezes, influenciados e levados por adultos, colocando em risco a sobrevivência de toda uma sociedade, sendo a tendência para o futuro de acréscimo, quer seja da intensidade ou grau de violência das condutas criminosas, já tão carregada de frieza na atuação, e apoiada na sensação de impunidade por estes, atente a sua idade.

Conforme expôs Jorge Trindade (2002), que:

A inserção na prática de atos infracionais, pode ser uma experiência de busca de sentido e de limite, da mesma maneira que pode ser um equivalente depressivo, uma de mascarar a depressão decorrente de abandono afetivo, emocional e familiar (p. 74).

Ademais, os adolescentes apoiam-se em um princípio de prazer para realização de seus atos, devido à grande limitação dos valores e suas necessidades, buscam por autorrealização e autoestima, encontrando no crime um meio de satisfazer e alcançar seus pequenos sonhos.

Diz-nos ainda o doutrinador Jorge Trindade (2002) que:

Essa fase de turbulências ainda é marcada por uma sociedade excludente, a qual trata crianças e adolescentes desprivilegiados como seres invisíveis, ou, pior, taxas inocentes como criminosos, como perigosos. A sociedade fabrica seus próprios delinquentes, e depois cria instituições para tomar conta deles, num movimento maniqueísta que ressalta as diferenças entre os bons e os maus, entre os de fora e os de dentro, entre os normais e os doentes (p. 80).

Portanto, a delinquência juvenil torna-se, também, na maioria das vezes, puros reflexos das relações no ambiente em que se desenvolveram, sendo que, onde houver falhas, aí ter-se-á problemas sociais.

2.1 Causas da delinquência juvenil

O crescimento da criminalidade juvenil deve-se a diversos fatores, como o aumento da população, do desemprego, da miséria, falta de instrução, investimentos governamentais, irresponsabilidade dos pais e responsáveis, problemas, os quais são vivenciados no cotidiano. Um adolescente que passa por problemas durante a infância acarretará graves transtornos no futuro, desde já sendo importante ressaltar que não estes motivos objetos absolutos para justificar a delinquência juvenil (TRINDADE, 2002).

Assim, para modificação deste quadro é necessário que a sociedade esteja mais consciente das principais causas e que em união com o governo e a iniciativa privada, busquem meios para modificar essa situação. Todavia que, para que o mal triunfe, basta que os bons façam nada.

Não existe na doutrina opiniões pacíficas sobre as possíveis causas da delinquência juvenil, portanto, irá se abordar as causas mais mencionadas pelos doutrinadores atualmente, a destruturação familiar, atuação do Estado e a falta de estruturação social.

Os direitos da criança e do adolescente de serem criados no seio da família vêm expressos na Constituição Federal no artigo 227 que respalda o dever da família, da sociedade do Estado na garantia de direitos fundamentais para saúde física e psíquica de crianças e adolescentes, bem como direito a educação, lazer, saúde e alimentação e no ECA em seu artigo 19 a qual dispõe que toda criança e/ou adolescente tem o direito de serem criados em ambiente familiar, seja essa consanguínea, substituta ou adotiva, o qual também assegure seus direitos.

A família é o ambiente natural onde a criança e o adolescente encontra condições para seu desenvolvimento, muitos doutrinadores têm apontado a família como sendo um dos fatores de extrema importância e influência, tanto positiva quanto negativa.

Desta forma, traz Martha de Toledo Machado (2003), *verbis*:

As crianças e os adolescentes são membros da instituição familiar e, são tutelados pelo ordenado jurídico dentro da família, porque esta é o organismo destinado a promover e a garantir a dignidade da pessoa e o pleno desenvolvimento de todas as suas virtualidades, ou seja, a família é o lugar especial de tutela da vida e da pessoa humana (157).

Ainda neste contexto, no diz Jorge Trindade (2002) que:

[...] a educação é sempre uma tarefa pessoal dos pais, que não podem ser substituídos por uma fantasmática escolarização precoce, nem pelo assessoramento pedagógico e, muito mesmo, pela delegação indireta aos meios de comunicação social. (p. 78).

Com o papel fundamental na formação do adolescente, dos seus valores e caráter, os pais são a referência desde criança, necessitando assim de uma base sólida familiar. Além das garantias devidas ao Estado e da própria sociedade como um todo, a família, sobretudo, tem função prioritária com a vida, a saúde, o lar e a dedicação com amor.

Muitos delinquentes juvenis são vítimas da própria mazela social, como família simples, de pais não inseridos socialmente ou que praticam delitos. Pais física e afetivamente ausentes, separados, violentos ou, até mesmo, criminosos são exemplos para muitas crianças e adolescentes, tendo esses atos grandes chances de serem transmitidos aos filhos, perdurando os comportamentos desviantes (TRINDADE, 2002).

Entende-se, portanto que a família é o primeiro centro de referência da criança e do adolescente, sendo seu papel de extrema importância, onde devido sua influência acarretara ordem ou desordem na vida social dos menores. Para isso, cumpre ressaltar a importância que o estado e a sociedade possuem, de modo a preservar a integridade familiar, assim traz As Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da Delinquência Juvenil, em seu capítulo IV, ao tratar dos processos de socialização, dispondo o seguinte:

Como a família é a unidade central encarregada da integração social primária da criança, deve-se prosseguir com os esforços governamentais e de organizações social para a preservação da integridade da família, incluída a família numerosa. A sociedade tem a obrigação de ajuda à família a proteger a criança e garantir seu bem-estar físico e mental.

Estado, família e sociedade são corresponsáveis pelo futuro do adolescente, a realidade social do país não corresponde exatamente ao que deveria exercer, sendo inúmeros os direitos violados do adolescente. É hora, portanto, de buscar meios para corrigir os erros

cometidos até agora na sociedade, e de buscar instrumentos que viabilizem o exercício efetivo dos direitos dos adolescentes (ABRAMOVAY, 2003).

As drogas são consideradas uma das mais importantes e polêmicas causas da delinquência juvenil, tendo em vista que, assim que o adolescente entra no mundo das drogas e, para manter o seu vício torna-se capaz de cometer as maiores atrocidades contra a vida humana ou o patrimônio público.

Nesse sentido, Miriam Abramovay (2003) explica que:

Vários jovens apontam as drogas como um dos principais e graves problemas enfrentados por eles. Na sua concepção, a morte aparece como evento próximo de jovens dependentes de droga.

É importante frisar que os jovens se referiam tanto á drogas ilícitas, em especial a maconha, quanto às lícitas com destaque para as bebidas alcoólicas. [...]

O envolvimento com o tráfico de drogas pode estar relacionado com o financiamento do próprio vício. Porém, mais frequentemente, no ambiente de exclusão social a que estão submetidas as comunidades onde vivem os jovens, a atividade no tráfico é uma via para a satisfação de aspirações de consumo para a qual a sociedade não oferece meios legítimos.

Para esses jovens, o tráfico representa a possibilidade de atingir um status social e obter respeito da sociedade. O traficante é visto como um indivíduo respeitado, que possui poder e dinheiro, algo quase intangível em uma comunidade de baixa renda. No imaginário de vários jovens, é o traficante quem zela pelo bem-estar da comunidade, na medida em que faz benfeitorias (muitas vezes substituindo o papel do Estado) (p. 40).

Desta forma, é aborrecedor observar adolescentes que deveriam estar se divertindo ou lendo livros nas escolas, exercendo atividades saudáveis, trafiquem drogas, empunhem armas e disparem sem demonstrar qualquer vestígio de piedade. É hora de enxergar o tratamento hostil e omissivo da sociedade, do governo, devido à complexidade dos problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados por nosso país, causando desamparo do adolescente.

CAPÍTULO 3 – PROGRAMA PROJOVEM

3.1 História do Programa Projovem Trabalhador na cidade de Anápolis.

O Programa Projovem Trabalhador na cidade de Anápolis – Goiás, foi lançado em 2009 e implementado através da submodalidade Consórcio Social da Juventude. Regido pela portaria 991- 27.11.2008 - Ministério Trabalho e Emprego.

A parte profissionalizante é realizada sem fins lucrativos, sendo dispensado processo de licitação. Os cursos oferecidos aos alunos tem duração de seis meses e 350 horas. O processo de formação é realizado em duas etapas, sendo a primeira composta de 100 horas direcionadas a atividades de aprendizagem de conteúdos relativos à inclusão digital e conhecimento de assuntos como direitos do trabalhador e à cidadania, entre outros temas. A segunda etapa refere-se a 250 horas de duração, a qual os jovens devem passar por oficinas profissionalizantes que abordaram conteúdos técnicos e práticos relativos a uma ocupação, normalmente tendo como enfoque atender demanda da região.

De acordo com a coordenadora Geral do Programa as estratégias para garantir a unidade pedagógica entre formação básica e específica, ou seja, visa atender, formação específica na forma teórica e também na prática, conforme modelo do trabalho taylorista-fordista, com isso busca atender mudanças no mundo do trabalho da contemporaneidade, que requer currículo que aprofunde as articulações entre conhecimentos científicos e as práticas profissionais.

3.2 Apresentação do Projeto

No Brasil, as políticas de valorização dos jovens são recentes, no tocante aos aspectos emprego e renda. A elaboração de políticas transversais como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem evidencia e concretiza o empenho em investir nessa grande parcela da população brasileira. Uma preocupação do Município de Anápolis é a situação de vulnerabilidade social na qual está submetida à população de baixa renda, principalmente em relação à juventude na qual se observa alto índice de desemprego e despreparo de mão de obra.

Nesse sentido, o Ministério do Trabalho e Emprego, através do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, dentro do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, vem se firmando como uma das políticas públicas mais assertivas e concretas, uma vez que garante a inserção dos jovens no mercado de trabalho, contribuindo assim para uma efetiva inclusão social e resgate da cidadania de nossos jovens.

O Município de Anápolis pretende, através da implementação deste Projeto, a profissionalização de jovens na faixa etária compreendida entre 18 e 29 anos, que estejam cursando ou que tenham concluído o ensino fundamental ou médio, membros de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo e que estejam desempregados.

Procurar-se-á, após a profissionalização dos jovens empreendida em parceria com o Ministério de Trabalho e Emprego, proporcionar a sua inserção na atividade produtiva, no mundo do trabalho, qualificando-o sócio profissionalmente, buscando uma forma inovadora e criativa de desenvolvimento pessoal, social e profissional para a construção de um caminho ao exercício pleno da cidadania mediante sua formação integral inserindo-o no mundo do trabalho.

3.3 Metas do Programa

3.3.1 – O cadastro

- O programa visa atender pessoas entre 14 a 29 anos que estejam estudando.
- **Documentos necessários para a realização das inscrições:**
 - 02 fotos 3X4 atuais.
 - 02 cópias do comprovante de endereço (ENEL).
 - 02 Cópias da Carteira de Trabalho (onde possui foto e seu verso)
 - 02 cópias Carteira de Identidade, CPF e Título de Eleitor.
 - 02 cópias do histórico escolar ou declaração escolar (neste caso para quem ainda esta frequentando).
 - 02 cópias certidão de casamento.
 - Se possuir cartão bolsa família, 02 cópias do cartão.

Obs. As inscrições não poderão ser efetuadas faltando documento.

A necessidade de ter comprovante com o endereço da Aneel é para que o assistente social o visite e verifique as informações que ele disponibilizou são verdadeiras e se ele realmente esta no perfil. Esta condicionalidade também refere que só participa o morador do município contemplado, no caso, somente os moradores de Anápolis.

3.3.2 – Qualificação Social e Qualificação Profissional

Na Qualificação Social = são executadas em 100 horas, que se dividem da seguinte forma:

Inclusão digital – 40 horas/aula

Valores humanos, ética e cidadania – 10 horas/aula.

Educação Ambiental, higiene pessoal, promoção da qualidade de vida-10 horas/aula.

Noções de direitos trabalhistas, formação de cooperativas, prevenção de acidentes de trabalho – 20 horas/aula.

Empreendedorismo – 20 horas/aula.

Totalizando as Horas em 100 horas/aula.

A Qualificação Profissional é executada em 250 horas, esta qualificação esta voltada para atender a exigências específicas de determinado posto de trabalho. O processo de qualificação levará em conta, também, a necessidade de possibilitar aos (as) jovens conhecimentos de gestão e organização de negócios, relevantes para o pequeno empreendedor.

3.3.3 Proposta Pedagógica

Busca-se, na realização das atividades desenvolvidas em sala de aula, a integração entra a formação para a cidadania, o reforço escolar e a inclusão digital em interação com a qualificação profissional, viabilizando uma formação sistêmica e reflexiva sobre a realidade, uma participação ativa e criativa, propiciando a apropriação crítica do saber, a construção coletiva do conhecimento, e o fortalecimento do compromisso com a transformação social, para a melhoria pessoal e social do jovem atendido pelo programa.

Nessa vertente, a formação profissional proposta neste Projeto se baseia na aprendizagem relacional, por meio do laboratório de vivência, no qual se estuda, reflete e debate, sobre as relações de gênero, educação ambiental, relações interpessoais, afetividade, autoestima, valores e atitudes para a construção de uma sociedade democrática e solidária na aquisição de competências, habilidades específicas e conhecimentos para exercer uma atividade produtiva e compreender as regras para a inserção e permanência no mercado formal e informal.

a. Formação em Cidadania e Direitos Humanos

Promover ações que contribuem para o reconhecimento e a valorização dos direitos humanos da cidadania mediante a prestação de serviços voluntários à comunidade;

Debater a Dinâmica da cidade, incentivando o debate das políticas públicas;

b. Qualificação Sócio-Profissional

Contribuir para a qualificação profissional do jovem de modo a possibilitar a sua inserção no mercado de trabalho; ministrar, na programação dos cursos, o conteúdo da qualificação social prioritariamente e, em seguida, o conteúdo da qualificação profissional, observadas as respectivas cargas horárias.

Com isso, visa promover criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para jovens que estejam em situação de vulnerabilidade, ou que buscam por oportunidade de primeiro emprego.

c. Estímulo e apoio efetivo à elevação da escolaridade

É fundamental que o indivíduo para participar do programa apresenta bom rendimento escolar, assiduidade, comprovados mediante declarações oferecidas pelas instituições escolares periodicamente, e com isso, incentivar, e estimular para a elevação da escolaridade dos jovens envolvidos no projeto;

d. Inserção no Mercado de Trabalho

Preparar e inserir os jovens no mundo do trabalho, em ocupações com vínculo empregatício ou em outras atividades produtivas legais geradoras de renda. Incentivar o empresariado local a contratar jovens que não possuem experiência profissional; apresentar formas inovadoras de geração de renda, através da prática cooperativa e associativa.

e. Público Alvo

Com este programa pretendeu atender jovens de ambos os sexos, entre 14 e 29 anos, que estejam estudando, buscando qualificar estes sócios profissionalmente; bem como oferecer meios de desenvolvimento pessoal, social e profissional, tendo como enfoque atender principalmente: Jovens em situação de rua e/ou abandono familiar; Jovens em conflito com a lei e/ou outras formas de risco social; Jovens portadores de necessidades especiais; Jovens mulheres; Jovens afrodescendentes; Jovens dispensados e/ou egressos do serviço militar; Jovens de outros segmentos sociais tradicionalmente excluídos.

As atividades, ligadas a esta área específica do programa deverão possibilitar aos (as) jovens: Reflexão sobre os problemas da realidade local e nacional; Compreensão dos direitos civis, políticos e sociais e a importância da participação da juventude no processo de expansão da cidadania; Visão crítica das questões do novo mundo do trabalho, de suas formas de organização e de suas demandas de qualificação social e profissional.

Os cursos oferecidos no processo de qualificação profissional buscam estar em consonância com a demanda de empregabilidade que será parte integrante do Plano de Implementação do PROJOVEM Trabalhador – Juventude Cidadã.

As aulas práticas são desenvolvidas em condições laboratoriais, onde conta com parceria com pessoas jurídicas públicas ou privadas contratadas para realizarem a prestação deste serviço de qualificação.

3.4 Metodologia de Monitoramento e Inserção

Os monitoramentos serão um processo contínuo e sistemático, tornando-se de fundamental relevância no fazer pedagógico, a fim de garantir a qualidade do projeto.

O monitoramento tem como fundamentação a Lei Ordinária nº 11.692, de 10 de Junho de 2008 – Pro Jovem; Resolução CODEFAT nº333, de 10 de Julho de 2003 revogada pela Resolução CODEFAT nº575, de 28 de Abril de 2008; as indicações do Plano Nacional de Qualificação – PNQ; Portaria TEM nº586, de 02 de Setembro de 2008, e o Documento Base do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE para os jovens amparados pela Política de Juventude.

Eis as atividades desenvolvidas por todo corpo construído para execução deste plausível projeto:

- Visitas sistemáticas às entidades executoras;
- Relatórios periódicos de frequência, aproveitamento e comportamento dos jovens nas atividades propostas para o período;
- Acompanhamento da execução físico-financeira do projeto, através da Equipe a ser designada pela Prefeitura Municipal de Anápolis.

3.5 Inserção

É estabelecido no momento de assinatura do convênio que a meta mínima obrigatória que o município tem é de 30% de inserção de jovens cadastrados no PROJOVEM Trabalhador – Juventude Cidadã no mundo do trabalho.

A Equipe designada pela Prefeitura Municipal de Anápolis tem como meta a articulação com o empresariado local, junto à Câmara dos Diretores Lojistas – CDL, e o SINE, para fins de encaminhar o jovem qualificado pelo Programa PROJOVEM Trabalhador no mercado de trabalho local.

A referida equipe intermediará, ainda, o acesso do jovem cadastrado no PROJOVEM Trabalhador ao programa ANÁPOLIS acredita, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, cujo objetivo é valorizar o microempreendedor através de ações em parcerias com SEBRAE, Banco do Brasil, ACIA, Banco do Povo, CEAPE, Agência de Fomento do Estado de Goiás, Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás, criando condições de treinamentos e assessoramento para a gestão de seu empreendimento, acesso ao microcrédito com juros subsidiados e trazendo-os para formalidade. No exercício de 2017 foram realizados 15 (quinze) ações em diversas regiões do Município, com mais de 1.000 (mil) pessoas atendidas, com a demanda de mais de 3.500 (três mil e quinhentas) pessoas até o mês de setembro deste ano, R\$ 2.150.000,00 (dois milhão e cento e cinquenta mil reais) de empréstimos nas várias modalidades do microcrédito.

3.6 Os direitos dos jovens que participam do Programa Projovem Trabalhador

Estes jovens recebem durante o programa:

- 02 camisetas;
- 01 caderno de matérias,
- 01 estojo contendo (caneta, lápis, borracha e apontador);
- Lanche;
- Vale-transporte;
- Qualificação social e profissional
- Livros de seus cursos.

3.7 Resultados e formatura

O Programa finalizou com sucesso, teve 10% de evasão, formando 900 alunos, e destes teve-se inserção de 30% em empregos formais. Com relação ao perfil dos jovens, a maioria apresentam baixa escolaridade e também pouco preparo para o mercado de trabalho, sendo a busca pelo programa a qualificação de mão de obra em primeiro propósito.

A maioria do público atendido são mulheres (65%), sendo que de 14 a 18 anos, que é o público alvo deste estudo, representa 36% do total, sendo que 49% tem de 19 a 21 anos, e

15% de 21 anos ou mais. Quanto ao perfil do público atendido, observa situação econômica média a baixa, além de que muitos jovens, já são pais (12%) ou mora com cônjuge (53%) e já realizam algum trabalho a parte, o que colabora em muito para os índices de evasão apresentados a cada ano. Referente ao fator étnico racial a maioria 78% se declaram pardos, 8% brancos, 14% negros.



Fig.1 – Alunos do Programa Projoovem Trabalhador em suas áreas específicas.

Fonte: SEMTER (2017).

Após realização do curso e preparação junto ao Programa PROJOVEM trabalhador de duração de 18 meses, é então realizado cerimônia de formatura com autoridades locais e familiares, conforme figuras abaixo:



Fig.2 – Entrega de certificados do Programa Projoovem Trabalhador em suas áreas específicas.

Fonte: SEMTER (2017).



Fig.3 – Entrega de certificados do Programa Projovem Trabalhador alunos e familiares.

Fonte: SEMTER (2017).



Fig. 4 – Entrega de certificados do Programa Projovem Trabalhador -2018

Fonte: SEMTER (2017).

A primeira turma do Programa PROJOVEM foi no ano de 2010. E, conforme reiterado anteriormente das 2400 vagas oferecidas, apenas 1000 foram preenchidas por meio de matrículas, e ao findar do curso desenvolvido com o programa que tem duração de 18 meses, apenas 900 conseguiram concluir.

Conforme a coordenação do programa, a metodologia foi executada tendo por objetivo de oportunizar aos jovens a construção dos conceitos de cidadania e direitos humanos (caminhos para o exercício consciente e pleno da democracia) estimulando-os a refletir sobre a essência e o sentido da criação e permanência de tais instrumentos em nossa sociedade; ajudando-os a refletir a respeito de uma nova perspectiva de vida, na qual possam desenvolver uma atitude crítica de ação e reflexão, aprendendo a agir de forma consciente.

A qualificação profissional une metodologia e tecnologia necessárias para uma boa formação e fornecimento do conhecimento aos jovens inclusive no programa de capacitação, o qual busca desenvolver a capacidade de produção e competências do jovem trabalhador, de encontro com a formação e o emprego. Os arcos ocupacionais visam à profissionalização desses jovens em segmento diversificados, de forma que atendam ao mercado local provendo geração de renda e melhor qualidade de vida, além de buscar ainda desenvolver debates constantes de questões sociais como drogas, criminalidade, assédio, sendo que tais temas buscam desenvolver integralmente a personalidade do jovem profissional.

As oficinas são vivenciadas de forma simultânea por jovens de várias comunidades garantindo-se assim o princípio de descentralização quanto a abrangência do Projeto, utilizando-se os arcos ocupacionais como norteadores de qualificação. Os cursos oferecidos são ministrados presencialmente pelos professores e instrutores selecionados com a escolaridade e experiência compatíveis com o perfil dos profissionais desejados para as áreas de atuação.

Para a contemplação da execução do projeto, fez-se necessário, como atividade extraclasse:

1. Visitas às indústrias, comércio e empresas diretamente envolvidas com a formação dos arcos ocupacionais desse projeto;
2. Seminários e Workshops que permitam o desenvolvimento social e profissional dos alunos qualificando-os;
3. Integração Sócio-Psicológica entre jovens na sala de aula e no espaço físico da profissionalização;
4. Treinamento dos jovens em oficinas e laboratórios implementados para a profissionalização destes, visando o ingresso no mercado de trabalho local (SEMTER, 2016).

Os cursos ministrados durante as etapas de formação oferecidas por esse projeto buscaram sempre valorizar:

1. O acompanhamento e o despertar dos alunos para importância dos assuntos ministrados;
2. O desenvolvimento de atividades, presenciais, que estimulem a expressão dos alunos e o diálogo com os demais atores envolvidos no processo educativo;
3. A formação integral que garanta as condições necessárias para a inserção do aluno no mercado de trabalho de forma competente, ética e responsável socialmente;
4. Processo de avaliação continuada do aluno;
5. A estruturação do currículo de forma articulada e de acordo com o mercado de trabalho existente na região de execução do projeto (SEMTER, 2016).

Estabeleceu-se a meta mínima obrigatória de 30% de inserção de jovens cadastrados no Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã no mundo do trabalho. A Equipe foi designada pela Prefeitura Municipal de Anápolis que articulou com o empresariado local, junto à Câmara dos Diretores Lojistas – CDL, e o SINE, para fins de encaminhar o jovem qualificado pelo Programa Projovem Trabalhador no mercado de trabalho local.

4 CONCLUSÃO

Respondendo aos objetivos da presente pesquisa, pode-se colocar que a gestão pública deve ter como foco o cidadão, oferecer serviços e condições adequadas de desenvolvimento, inclusive junto aos adolescentes que é o foco deste estudo, por demonstrar ser uma fase que requer uma maior atenção, pois, estão expostos a situações de riscos e vulnerabilidade, e essa fase é uma transição entre idade infantil e adulta, a qual é fundamental para sua formação. Tem-se ainda o direito de proteção junto ao menor pela constituição Federal, conforme os artigos 227 e 228 da CF trazem proteção integral dos direitos da criança e do adolescente.

O seu foco deve ser o cidadão, melhoria dos serviços que são oferecidos, mas, principalmente atuar onde mais precisa. Com isso, é importante que gestores e servidores públicos, busquem identificar e analisar problemáticas no município e com isso estabelecer políticas públicas efetivas, visando diminuição de possíveis agravos, e de que alguma forma compromete a dignidade e evidencie risco a integridade e formação das pessoas da sociedade.

A aprendizagem é um “contrato de trabalho especial” – gerando, portanto, vínculo empregatício – necessariamente escrito e a prazo, em que uma das partes é alguém maior de 14 (quatorze) e menor de 29 (vinte e quatro) anos, inscrito em programa de aprendizagem. Esse pode desempenhar atividades laborais desde que atenda os aportes legais previstos pelo ordenamento jurídico brasileiro, fora de tais preceitos, configura-se crime.

No município de Anápolis, conforme a Secretaria Municipal de Trabalho Emprego e Renda existe a preocupação de manter programas sociais oriundas do governo federal como PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e PROJOVEM TRABALHADOR-JUVENTUDE CIDADÃ, que tem apresentado respostas positivas em termos de adesão de adolescente, a cada ano, cresce o número de adolescentes e pais interessados.

O programa desenvolvido na cidade, objetiva oportunizar aos jovens a construção dos conceitos de cidadania e direitos humanos (caminhos para o exercício consciente e pleno da democracia) estimulando-os a refletir sobre a essência e o sentido da criação e permanência de tais instrumentos na sociedade; ajudando-os a refletir a respeito de perspectiva de vida, na qual possam desenvolver uma atitude crítica de ação e reflexão, aprendendo a agir de forma consciente.

Respondendo a pergunta central da pesquisa pode-se colocar que desenvolvimentos de políticas públicas voltadas ao público adolescente são de total relevância, visto que, esta fase da vida humana, ser permeada de desafios, conflitos e exposição a riscos e vulnerabilidade,

requer olhar atento por parte do poder público em oferecer suporte de desenvolvimento educacional e profissional, que norteará a fase adulta posterior destes indivíduos. E, o programa PROJOVEM trabalhador desenvolvido na cidade de Anápolis – GO, é um exemplo de política pública, que tem demonstrado eficácia, que tem oferecido a adolescente perspectivas de vida, e afastamento de situações de riscos e vulnerabilidade, além desses jovens obterem renda que colaboram em suas necessidades e até mesmo de algumas famílias, bem como inserção no mercado de trabalho, capacitação, assim como colaborado na efetiva inclusão social e resgate da cidadania de nossos jovens.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Ivan Gerage; DIAS, Vivian Christina Silveira Ferreira; GUIMARO JÚNIOR, Orlando. Políticas públicas de emprego e de proteção à criança e ao adolescente. In: **Políticas Públicas de Emprego e de Proteção à Criança e ao Adolescente**. São Paulo: Atlas, 2013.

ANANIAS, Patrus. Gestão pública: desassombrando nossa história. **Revista do Serviço Público Brasília**. Vol. 61, n. 4. out-dez, p. 333-344. 2010.

ARGO NETO, Mario de Carvalho. Políticas Públicas de Erradicação da Pobreza no Brasil: Promoção de Direitos Sociais e Redução da Desigualdade. In: **Direito e as Políticas Públicas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2013.

DIAS, Dayane Julia Carvalho. **O comportamento da mortalidade no Rio Grande do Norte, entre 1801 a 1870**. Dissertação. (Pós Graduação em Demografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 125 f., 2016.

GOIÁS: (Estado). **Secretaria de Cidadania e Trabalho**. Orientações para a implantação do programa de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. Goiânia: 2000.

GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia brasileira contemporânea**. 8ª ed. São Paulo; Atlas, 2017.

IPEIA - **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro. <http://www.ipea.gov.br>. Acesso: 18 out 2018.

LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira. **Economia brasileira: Fundamentos e Atualidade**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MADEIRA, Lúcia Mori. **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

MATIAS- PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira; CARNEIRO, Rafael Araripe. **Gestão pública e direito municipal**. São Paulo: Saraiva, 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira; CARNEIRO, Rafael Araripe. **Gestão Pública e Direito Municipal**. São Paulo: Saraiva. 2016.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública: Gestão Pública Aplicada, Gestão Pública no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NOBRE, Edna Luiza. **Previdência Social e Assistência Social aos desamparados**. In: **O Direito e as Políticas Públicas no Brasil**. Gianpaolo Poggio Smanio; Patrícia Tuma Martins Bertolini, organizadores.— São Paulo: Atlas, 2013.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Campus / Elsevier, p. 56, 2012.

PROCOPIUCK, Mário. **Políticas Públicas e Fundamentos da Administração: Análise e Avaliação, Governança e Redes de Políticas, Administração Judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil – Afinal, de que se Trata?** São Paulo: FGV, 2006. p. 28.
SARTURI, Claudia Adrielle. Os modelos de Administração Pública: patrimonialista, burocrática e gerencial. **Conteúdo Jurídico**, Brasília - DF: 21 maio 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.43523&seo=1>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

SCALON, Celi. **Desigualdade, Pobreza e Políticas Públicas: Notas para um Debate**. *Revistas Contemporâneas*. Vol. 1, nº 1, p. 49-68 Jan.– Jun. 2011.

SCHAEFER, Richard T. **Fundamentos de Sociologia**. 6ª ed.— Porto Alegre : AMGH, 2016.
SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO. Anápolis Acredita. Disponível em : www.anapolis.go.gov.br. Acesso: 20 out 2018.

SEMTER. **Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda**. Execução do Programa Projovem Trabalhador- Juventude Cidadã. Disponível em: www.anapolis.go.gov.br. Acesso: 20 out 2018.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A Prevalência dos Programas de Transferência de Renda**. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Pobreza, Desigualdade e Políticas Públicas**: caracterizando e problematizando a realidade brasileira Maria Ozanira da Silva e Silva. Rev. Katál. Florianópolis vol. 13 nº 2, p. 155-163 jul./dez. 2010.

SMANIO, Gianpaolo Poggio; BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. Os direitos e as políticas públicas no Brasil. In: **Políticas Públicas de Emprego e de Proteção à Criança e ao Adolescente**. São Paulo: Atlas, 2013.

UNICEF. **Situação mundial da Infância. Adolescência**: Uma fase de oportunidades, 2011. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/pt/br_cadernoBR_SOWCR11\(3\).pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/br_cadernoBR_SOWCR11(3).pdf). Acesso em 15 nov. 2018.

VIEIRA JÚNIOR, Hélio. Política social num contexto de ajuste estrutural do Estado: Goiás no período 1995 – 2002. **Dissertação** (Pós Graduação em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 119 f., 2005.



Universidade de Brasília

ANEXO III

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREGA E REALIZAÇÃO DE DEFESA PÚBLICA

Aluno (a): Kauane Alves Landim dos Santos Matrícula: 20170180646 E-mail: Kauane.Landim@hotmail.com

Telefones: (CEL) (62) 99143-1126 (RES) _____ (COM) _____

Prof.(a) Orientador(a): Tales Ramos Monteiro dos Santos Turma _____

Título: Adolescentes em vulnerabilidade social: uma análise do Programa Proovem Trabalhador na Cidade de Anápolis - GO

Autorizo o aluno acima a entregar o trabalho para a realização da defesa pública.

Declaro que houve todo um processo de orientação do aluno, com reuniões formais e contato direto em orientador e orientando para a confecção do trabalho e de estar ciente do conteúdo e da adequação do trabalho às normas de apresentação estabelecidas no âmbito do curso.

Local e data 06/05/19

Ciente,

Professor Orientador

Kauane Alves Landim dos Santos
Aluno Orientando.



Universidade de Brasília

ANEXO IV

FORMULÁRIO – AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DE VERSÃO FINAL DE TCC (MEIO MAGNÉTICO)

AUTORIZAÇÃO ENTREGA VERSÃO FINAL DO TCC

Autorizo o recebimento da versão final digital do trabalho de Conclusão de Curso do aluno (a):

Kauane Alves Bandin dos Santos

Matrícula: 20170180646, Título: Adolescentes em vulnerabilidade social: uma análise do Programa Proteção Trabalhador na cidade de Anápolis - GO

após realizar as alterações solicitadas pela banca, quando for o caso.

Data: 06 de maio de 2019

Professor Orientador _____

1. IDENTIFICAÇÃO: 201701806646

Autor: KAUANE ALVES LANDIN DOS SANTOS			
RG: 5313178	CPF: 030.697.501-76	E-mail: kauane.landin@hotmail.com	
Telefone:	Celular: 62 99143-1126	Data de apresentação: 27/04/2019	
Título: ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL: Uma Análise do Programa Projovem Trabalhador na Cidade de Anápolis-GO.			
Palavras-chave: Gestão pública; Municipal; Adolescente; Vulnerabilidade; Trabalho.			
Curso: Esp. Gestão Pública Municipal		Departamento: Departamento de Gestão de Políticas Públicas.	
Tipo: () Graduação - Licenciatura () Graduação - Bacharelado () Graduação - Dupla Habilitação (x) Especialização			Orientador: Ricardo Correa Gomes

2. INFORMAÇÃO DE ACESSO AO DOCUMENTO:

Liberação para publicação: (x) Total () Parcial ^{1,2,3,4}
Em caso de publicação parcial, especifique os capítulos a serem retidos:
Observações: ¹ É imprescindível o envio do arquivo em formato digital da monografia completa , mesmo em se tratando de publicação parcial. ² A solicitação de publicação parcial deve ser feita mediante justificativa lícita e assinada pelo orientador do trabalho , que deve ser entregue juntamente com o termo de autorização. ³ A restrição poderá ser mantida por até um ano a partir da data de autorização da publicação. Para a extensão desse prazo deve ser solicitada novamente junto à UnB-BCE. ⁴ O resumo e os metadados ficarão sempre disponibilizados.

3. LICENÇA:

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA
<p>O referido autor:</p> <p>a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.</p> <p>b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade de Brasília os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.</p> <p>Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade de Brasília, declara que cumpriram quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.</p>
LICENÇA DE DIREITO AUTURAL
<p>Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Biblioteca Digital de Monografias (BDM) da Universidade de Brasília a disponibilizar meu trabalho de conclusão de curso por meio do site bdm.unb.br, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 4.0 International, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta.</p> <p>A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob</p>

esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Caso o autor opte por outra forma de licença, pedimos que entre em contato com o Setor de Gerenciamento da Informação Digital (GID) da Biblioteca Central da UnB, no telefone 3107-2687.

____Anápolis-GO_, _06_/_05_/_2019.

Local

Data

Assinatura do Autor